



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Senhores Acionistas.

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIÁSFOMENTO relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

ATIVIDADE ECONÓMICA
O ano de 2016 foi marcado por forte recessão econômica com piora em todos indicadores de atividade econômica

O ano de 2016 foi marcado por forte recessão econômica com piora em todos indicadores de atividade econômica que lançaram incertezas sobre o cenário econômico brasileiro, principalmente para o ambiente empresarial. Embora ocorresse o arrefecimento da inflação e as sucessivas quedas nos juros oficiais, não foram determinantes para criar expectativas positivas para a retomada dos investimentos.

O alto índice de desemprego, a redução na renda e a consequente inadimplência no mercado, puseram as instituições financeiras em dificuldades em face do crescimento das despesas com provisões para devedores duvidosos, afetando negativamente os balanços financeiros.

A contração na concessão de financiamentos foi um dos mecanismos utilizados pelos bancos a fin de evitar maiores perdas com inadimplemento, até a melhora dos indicadores da economia com a reformada do crescimento.

res perdas com inadimplemento, até a melhora dos indicadores da economia com a retomada do crescimento. Portanto, foi um ano de imensos desafios tanto para atividades ligadas ao setor privado quanto para o setor público, e não foi diferente para a Goiás-Fomento que é uma instituição financeira submetida as normas do Conselho Monetário Nacional e a Lei das Sociedade por Ações.

## OPERAÇÕES DE CRÉDITO Mesmo atuando poro

Mesmo atuando para reverter o resultado obtido no primeiro semestre, a GOIÁSFOMENTO continuou cumprindo seu papel de agente fomentador das atividades produtivas goianas, na concessão de crédito no âmbito do Programa de Competitividade e Atração de Investimentos cujo órgão gestor é a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação – SED, concedendo financiamentos com foco a geração e manutenção de emprego e renda.

Em síntese, a GOIÁSFOMENTO desembolsou R\$ 25,6 milhões em 661 operações de crédito às microempresas,

em sinese, a GOIAS-OWENT IO desemboisou R\$ 25,6 minnose em ostroperações de credito as microempresas, empresas de pequeno e médio porte, microemprendedores individuais e autônomos com recursos próprios. Como Agente Operador do FCO e Agente Financeiro do BNDES e FINEP foram desembolsados mais de R\$15 milhões em 39 operações. Principalmente em face da redução no volume de crédito no prodot, o saldo da carteira de crédito com risco próprio (Recursos Próprios/FCO/BNDES/FINEP), ao final do exercício de 2016, ficou em R\$ 136,2 milhões (variação de 9,2%) em relação a 31/12/2015 contando com 2.171 contratos ativos. Como agente financierio dos Fundos Estaduais, só houve desembolsos através do FUNMINERAL no valor de R\$ 518 mil em 04 operações de crédito.

## GoiásFomento: Carteira de Crédito em RS milhões 150,0 136,2 31/12/2015 31/12/2016

RECUPERAÇÃO DE ATIVOS
A GOIÁSFOMENTO adotou diversas ações com objetivo de promover a recuperação de ativos que podem se Instituição de comitês de recuperação de crédito;

- Instituição de comitês de recuperação de crédito;
   Renegociação com os maiores devedores, com a Diretoria Executiva e analista da operação;
   Criação de comitê permanente para acompanhar as ações implementadas em relação a cobrança e a redução da inadimplência por meio da Portaria 58/2016 GF;
   Negociação de imóveis com dação em pagamento;
   Alteração de norma de reclassificação de risco conforme Resolução 2682 do CMN, que possibilitou reclassificar 241 operações de crédito propiciando estorno de R\$ 8,6 milhões na provisão nas operações anteriormente renegociadas pendente de reclassificação por ausência de norma;
   Redução no limite por linha de crédito para R\$ 50 mil;
   Adoção de novas formas de acionamentos de devedores em atraso;
   Implantação de linhas de renegociações de recupos próprios e repasses

- Implantação de linhas de renegociações de recursos próprios e repasses.

  Tais medidas repercutiram positivamente diminuindo as despesas com provisões, revertendo e estornando parte delas constituídas no exercício, reduzindo o índice de inadimplência em 16,8% em relação a junho de 2016, ficando apenas 1,7 p.p. acima do índice de dezembro/2015, sendo o segundo menor índice mensal no exercício de 2016.

## RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Com as medidas adotadas de contenção do crédito e foco na recuperação de ativos, o saldo em tesouraria cresceu R\$ 13,5 milhões no exercício elevando a disponibilidade de caixa para R\$ 84,3 milhões.

Nesse sentido, os ativos totais da GOIÁSFOMENTO cresceram 4,19% ante dezembro/2015 somando R\$ 239,5 milhões, enquanto o Patrimônio Líquidoficou praticamente estável, ou seja, 0,02%, ficando em R\$ 171,6 milhõesem 31/12/2016.

No primeiro semestre houve prejuízo acumulado de R\$ 7,2 milhões registrados no balanço patrimonial de 30/06/2016 enquanto no segundo, alcançou um lucro de R\$ 7,7 milhões, fazendo com que o exercício fosse encerrado com lucro líquido de R\$ 533 míl.

PERSPECTIVAS PARA 2017

A Goiás-Fomento desenvolve suas ações alinhadas às políticas governamentais e delineados a partir do Planeja-mento Estratégico 2015-2019. Após um período de contenção de despesas, nas operações de crédito e revisão nas políticas de crédito e recuperação financeira, a Goiás-Fomento buscará ampliação das operações de crédito com recursos próprios, repasses do FCO e BNDES, em especial, na linha de crédito Goiás-Fomento Crédito Produtivo e Goiás-Fomento Crédito Produtivo Energia Solar, as quais contam com equalização dos juros com recursos de Funnorduzir/Microempresa.

recursos do Funproduzir/Microempresa.
As medidas implementadas de redução de gastos e de recuperação de ativos continuarão sendo da mais alta prioridade em 2017 buscando a consolidação financeira e patrimonial da GoiásFomento, possibilitando maior alavancagem nas operações de crédito com reflexos na geração e manutenção do emprego e renda no Estado de Goiás.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva da GOIÁSFOMENTO apresenta os resultados alcançados aos seus acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e aos que contribuíram para mais esse semestre de efetivo alcance dos objetivos, agradecendo a todos.

Goiánia (GO) 20 de marco de 2017 Goiânia (GO), 20 de marco de 2017

HENRIQUE TIBÚRCIO PEÑA

ALAIR DA SILVA ROCHA Diretor Administrativa

CARLOS AUGUSTO CARVALHO MEDEIROS JÚNIOR

## BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 ATIVO 31/12/16 31/12/15 CIRCULANTE 135.612 148.456 DISPONIBILIDADES 88 44 APLICAÇÕES INTERF. DE LIQUIDEZ 10,464 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 84.288 60.305 Carteira Própria (NOTA 5) 84.288 OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6) 46.277 53.198 Empréstimos Setor Privado 24.683 36.981 26.065 Financiamentos Setor Privado 29.337 1.593 (11.441 Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa (10.855 **OUTROS CRÉDITOS** 16.162 10.592 Diversos (NOTA 7) Outros Valores e Bens (NOTA 8) 2.168 (483) Provisão para Outros Créditos NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO 91.022 86.170 OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6) 69.555 76.851 Empréstimos Setor Privado Financiamentos Setor Privado 58.252 56.068 Financiamentos Rurais e Agroindustriais 13.083 12.052 Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa **OUTROS CRÉDITOS** 16.615 11.946 Diversos (NOTA 7) 16.615 11.946 PERMANENTE (NOTA 9) 4.852 5.398 IMÓVEIS DE ÚSO 3.867 3.715 Edificações 1.867 1.867 Depreciações Acumuladas (495)(422 Provisão por Imparidade (79 **IMOBILIZADO DE USO** 402 332 1.401 **DIFERIDO** Gastos com Logiciais (73) Amortizações Acumuladas INTANGÍVEL 805 1.129 Ativos Intangíveis 2 224 Amortizações Intangíveis

7 and azayood mangrido	(1.410)	(1.201)
TOTAL DO ATIVO	239.478	229.807
PASSIVO	31/12/16	31/12/15
TAGGIYO	31/12/10	31/12/13
CIRCULANTE	13.915	11.879
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 10)	8.489	6.381
Repasses do País - BNDES `	2.572	2.389
Repasses do País - FCO	5.776	3.958
Repasses do País - FINEP	141	34
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 11)	5.426	5.498
Sociais Estatutárias	903	403
Fiscais e Previdenciárias	2.170	1.712
Dotação para Aumento de Capital	316	-
Diversas	2.037	3.383
NÃO CIRCULANTE	225.563	217.928
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	54.013	46.411
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 10)	54.013	46.411
Repasses do País - BNDES	10.160	11.438
Repasses do País - FCO	42.306	33.832
Repasses do País - FINEP	1.547	1.141
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	171.550	171.517
Capital Social (NOTA 12)	164.822	164.822
Reserva de Lucros	6.728	6.695
TOTAL DO PASSIVO	239.478	229.807
-	·	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEGUNDO SEMEST EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE		OS FINDOS
EWIST DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE	DEZEMBRO DE 2015	

DISCRIMINAÇÃO	2° Semestre	EXERCÍCIOS		
DISCRIMINAÇÃO	de 2016	31/12/2016	31/12/2015	
			Reclassificado	
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	12.310	23.860	23.388	
Operações de Crédito	7.940	15.817	16.430	
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	4.370	8.043	6.958	
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(2.451)	(17.476)	(15.245)	
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.451)	(17.476)	(15.245)	
Provisão p/ Desvalorização	-1	-	-	

9.859

6.384

RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

OUTRAS RECEITAS /(DESPESAS) OPERACIONAIS	1.350	(2.581)	(9.458)
Receitas de Prestação de Serviços	4.731	12.107	7.953
Despesas de Pessoal	(7.459)	(15.054)	(14.679)
Outras Despesas Administrativas	(3.085)	(6.563)	(5.937)
Despesas Tributárias	(40)	(53)	(51)
Outras Receitas Operacionais (NOTA 14)	9.577	12.371	7.590
Outras Despesas Operacionais (NOTA 14)	(2.374)	(5.389)	(4.334)
RESULTADO OPERACIONAL	11.209	3.803	(1.315)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(288)	(3.232)	232
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	10.921	571	(1.083)
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	(3.180)	(38)	1.764
Imposto de Renda (NOTA 15)	(1.902)	(2.605)	(2.116)
Contribuição Social (NOTA 15)	(1.532)	(2.102)	(1.446)
Diferenças Temporárias - Imposto de Renda (NOTA 15)	141	2.594	2.499
Difeeênças Temporárias - Contribuição Social I <b>NOTA 15</b> )	113	2.075	2.827
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE / EXERCÍCIO	7.741	533	681
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(500)	(500)	(400)
LUCRO POR AÇÃO- R\$ 1,00	0,0470	0,0032	0,0041

# DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇAO DO PATRIMÔN EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

-	EVENTOS	CAPITAL REALIZA-			LUCRO	S ICADO)	LUCROS ACUMULA-	TOTAL	assessores jurídicos e da Administração, for cor administrativa, com uma provável saída de recur envolvidos forem mensuráveis com suficiente sec
		DO	CAPITAL	LEGAL	EXPAN- SÃO	INCEN- TIVOS FISCAIS	DOS		dicial e revisados mensalmente.  m) Impostos Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, co
	SALDO EM 30/06/2016	164.822	-				(513)		lação vigente pertinente a cada encargo.
	Incentivos Fiscais	-	-	-	-	3.575	(3.575)	-	Descri
	Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	IR - Imposto de Renda
	Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	Adicional de Imposto de Renda
	Transferência para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquio
	Resultado do Semestre	-	-	-	-	-	7.741	7.741	PIS/PASEP
	Reserva Legal	-	-	2.843		-	(2.843)	-	COFINS (Contribuição para o Financiamento d
	Reserva para Expansão	-	-	-	310	-	(310)		ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer I
	Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(500)	(500)	Os impostos sobre o lucro são calculados sobre o
	SALDO EM 31/12/2016	164.822	-	2.843	310	3.575		171.550	permanentes e temporárias. O Imposto de Renda e
	MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	2.843	310	3.575	513	7.241	alíquotas vigentes na data das demonstrações fina na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do R
									n) Provisão para férias e 13º. salário
	SALDO EM 31/12/2014	163.315	-	2.782	1.185	3.575	-	170.857	É constituída com base nos direitos adquiridos pel
	Dividendos	-	-	-	(564)	-	-	(564)	dentes encargos sociais.
	Aumento de Capital	-	1.507	-	(564)	-	-	943	o) Juros sobre o capital próprio
	Transferência p/ Aum. de Capital	1.507	(1.507)	-	-	-	-	-	Conforme requerido pela legislação fiscal, os juro no entanto, para fins de divulgação, são revertido
)	Resultado do Exercício	-	_	-	-	-	681	681	do exercício, a não ser pelos impactos fiscais reco
	Reserva Legal	-		34	-	-	(34)	-	do exercicio, a rido ser peros impactos riscais rece
r	Reserva para Expansão	-		-	247	-	(247)	-	Nota 4 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE
	Juros sobre Capital Próprio			-	_		(400)	(400)	a) Vencimentos
	SALDO EM 31/12/2015	164.822		2.816	304	3.575	\ \ \ <u>'</u>	171.517	Descrições
	MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.507		34		-		660	Posição Bancada
					()				LFT - Letras Financeiras do Tesouro – Acima
à	SALDO EM 31/12/2015	164.822		2.816	304	3.575		171.517	Totais
,	Dividendos				-	-	_		b) Receitas de aplicações interfinanceiras de li
)	Aumento de Capital	١ .			_			_	Classificadas na demonstração de resultado como
	Transferência p/ Aum. de Capital								ções compromissadas – posição bancada:
	Resultado do Exercício		_		_		533	533	Descrições
	Reserva Legal			27			(27)		Posição Bancada
	Reserva para Expansão	[		21	6		(6)	]	Letras Financeiras do Tesouro
5	Juros sobre Capital Próprio				0		(500)	(500)	Totais
-	SALDO EM 31/12/2016	164.822		2.843	310	3.575		171.550	
	MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	104.022		2.043	310	3.575	1	33	Nota 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
,	MIO IAGOES DO EXERCICIO							33	NOTA 5 - TITULOS E VALURES MUDILIARIOS

# DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2016

	20. Semestre	Exercícios	
	2016	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações Lucro Líquido Despesas de Depreciação e Amortização Perdas por Desvalorização de Ativos Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.741 310 79	533 270 79 10.464	681 361 - 17.132
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivatívos Operações de Crédito Outros Créditos Outros Valores e Bens Outros Valores e Caixa Gerado/Utilizado pelas Operações Caixa Gerado/Utilizado pelas Operações	(13.451) 7.659 (2.389) (977) 38 (990)	(23.983) 14.217 (10.239) (720) (72) (9.451)	(19.966) (22.019) 5.727 (600) (2.121) (20.805)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento Obrigações por Empréstimos e Repasses Aumento de Capital em Dinheiro Dividendos Propostos Juros Sobre Capital Próprio Propostos Total de Ingresso de Recursos	1.516 - (500) <b>1.016</b>	9.710 - (500) <b>9.210</b>	20.406 943 (564) (400) <b>20.385</b>
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimentos Imobilizado de Uso Aplicações no Diferido Aplicações no Intangível Total dos Recursos Captados/Aplicados	(20) - (16) ( <b>36)</b>	(32) 73 156 <b>197</b>	267 (42) <b>225</b>
Variação Líquida de Caixa Início do Período Fim do Período Redução das Disponibilidades	(10) 54 44 (10)	(44) 88 44 (44)	(195) 283 88 (195)

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - Em R\$ Mil.

Nota 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento de Goiás S/A é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 13.53/99 é regida pela Resolução nº 2.828, a 30/03/2001, do Conselho Monetário Nacional – CMN e devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil. Seu objeto é fomentar o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Goiás na geração de emprego e renda. Suas institutados de Seu Consensão de conference produtos operações de regidades de conference produtos operações de regidades de seu produtos consensos do seu produtos consensos de principais atividades são: Concessão de operações de crédito com recursos próprios; operações de repasses do BNDES, FCO e FINEP e administração de Fundos Públicos, tais como: FOMENTAR, FUNMINERAL, FUNPRO-בטעבות פ דעוזסאות. A autorização para o fechamento das Demonstrações Financeiras da Instituição, referente ao exercício de 2016, foi dada pela Diretoria em 31 de janeiro de 2017.

Nota 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## a) Moeda de apresentação e funcional

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado b) Base para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras

b) base para a preparação e a presentação das demonstrações innanceiras As Demonstrações Financeiras foram apresentadas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638 de 28/12/2007 e 11.941 de 27/05/2009, normas do Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobilários e apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apre-

sentados nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresen-tadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Nota 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS a) Critérios de reconhecimento dos resultados

tivamente, de acordo com as datas de vencimento

gundo o período incorrido; e

 As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se os seguintes:
 Os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados "pro rata die" As provisões, inclusive os encargos sobre férias e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, se-

gundo o período incorrido; e

• São considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

• Nativo circulante e realizável a longo prazo e passivo circulante e exigivel a longo prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e os recursos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos são classificados no Passivo Circulante e Fxidiyel a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desemblosos previstos. Os saldos realizáveis e exidiveis são Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos. Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respec-

c) Uso de estimativas A preparação das Demonstrações Financeiras, incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem entes daquelas estimativas e premissas.

d) Caixa e equivalentes de caixa Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata

e) Aplicações interfinanceiras de líquidez e obrigações por empréstimos e repasses
As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas
a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata die" com base na taxa efetiva

das operações.

Î) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.068/2001 do Banco Central e regulamentação complementar, são classificados e

avaliados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

I) Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociantemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos é as perdas sobre esses

títulos reconhecidos no resultado do exercício. III) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auteridos reconhecidos no resultado e os ganhos e as perdas decorrentes

das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos ios, quando aplicável

III) Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração ssui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquísi

ção, atualizados *pro rata temporis.* IV) Instrumentos financeiros derivativos – A Instituição não possui operações com derivativos. g) Operações de crédito e outros créditos

das as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração levando-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação

às operações, aos devedores e aos garantidores, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise seficação da carteira e sua classificação em nove niveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 6a. As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro rata die com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o quinquagésimo nono (59º) dia de atraso. Após o quinquagésimo

taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o quinquagésimo nono (59°) dia de atraso. Apos o quinquagésimo nono dia, o reconhecimento de receita ao resultado cocrire quando efetivamente recebidas. As operações ativas renegociadas com saldo devedor até R\$ 50 são reclassificadas para rating inicial, salvo aque-las que estão no risco H, que poderão, de acordo com a política da GoiásFomento alinhada a Resolução 2.682/99, do CMN, as quais a reclassificação do seu rating passa a ser objeto de revisão. As demais operações, a princípio, ficam no mesmo rating e passam também, de acordo com a referida política, a ser analisadas com a possibilidade de serem reclassificadas. As renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nivel H, e seu rating passa no mês seguinte a ser objeto de revisão. Desta forma, os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos No exercício foram compensados em prejuízo operações de crédito no montante de R\$ 16.781 (2º semestre/2016 - R\$ 9.099 e exercício/2015 - R\$ 5.520). Os créditos recuperados no exercício de 2016 foram de R\$ 4.791 (2º semestre/2016 - R\$ 3.450 e exercício/2015 - R\$ 3.308).

h) Provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos

enstituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, quando da ocorrência de inadimplência. A mudança de estimativa contábil a partir do 1º semestre de 2015 conforme facultado pelo Artigo 4º, Parágrafo 1º da Resolução 2.682/99, do CMN, o prazo para a classificação das operações de crédito na faixa de risco estabe-

pondem a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

cidas pela referida Resolução passou a ser contada em dóbro, para as óperações de longo prazo com garantias i) Outros valores e bens mpostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda próprios, recebidos em dação de pagamento, os quais são demonstrados a valor do custo ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. As Despesas Antecipadas corres-

j) Permanente

I. Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, quando aplicável. Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Agência ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios riscos e controles desses bens

II. Depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estima

II. Depreciação do impolitado de uso e calculada pelo metodo linear de acordo com a vida util economica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas na Nata 9.

III. Os ativos intangíveis são compostos basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. Esse grupo está representado por bens incorpóreos destinados á manutenção da Agência, ou exercídos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534/16 do CMN. Está composto por direitos e desenvolvimento de softwares. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas

k) Avaliação do valor recuperável
Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por imparidade. Eventuais perdas quando identificadas são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2016, forma levantados Laudos de Avaliações dos Bens Imóveis, tais como:

L. Bens de Uso - avaliados por Engenheiro da própria Agência;
II. Bens Não de Uso Próprio – avaliados por empresas de engenharia credenciadas pela GoiáFomento e de acordo com a Circular 909/85 do Banco Central do Brasil. Referidos bens foram recebidos em dação de pagamento e adjudicados, referentes a diversos mutuários da Agência. Foi constituída a provisão para perdas por imparidade,

Descrições	Valor do Bem	Provisão por Imparidade	Valor Líquido
Bens de Uso	149	(79)	70
Bens Não de Uso Próprio	576	(207)	369
Totais	725	(286)	439

I Nativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

m) Impostos

m) Impostos
 Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram para efeito das respectivas bases de cálculo a legis-

lação vigente pertinente a cada encargo.	
Descrições	Taxa
R - Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)	20,00%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)	4,00%
ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)	5,00%

Os impostos sobre o lucro são calculados sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, sobre as adições/exclusões temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Exercício.

n) Provisão para férias e 13º. salário

E constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os correspondentes encargos sociais.

o) Juros sobre o capital próprio

Conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio estão contabilizados como despesas, no entanto, para fins de divulgação, são revertidos na rubrica "lucros acumulados", não afetando o lucro líquido do exercício, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

## Nota 4 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrições	Exercícios	
Posição Bancada	31/12/16	31/12/15
.FT - Letras Financeiras do Tesouro – Acima de 360 dias	-	10.464
l'otais	-	10.464
Deseitas de enligações interfinanceiros de liquidos		

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações interfinanceiras de liquidez de operações compromissadas – posição bancada:

Descrições		Exercicios	
Posição Bancada	2° Semestre/16	31/12/16	31/12/15
Letras Financeiras do Tesouro		99	3.333
Totais	-	99	3.333

## a) Classificação por categoria e prazos Descrições dos Títulos Públicos Federais

b) Resultado de títulos e valores mobiliários		
Totais	84.288	60.305
Provisão para Desvalorização de Títulos	(57)	-
Cotas de Fundos de Investimento – FGI/FIP	190	-
CEF - Fundo Caixa Goiás Fomento – com liquidez diário	76.583	53.646
T.D.A Títulos da Dívida Agrária – acima de 360 dias	284	418
LFT - Letras Financeiras do Tesouro – 1 a 360 dias	7.288	6.241

Exercícios				
2º Semestre/16	31/12/16	31/12/15		
4.311	7.630	2.696		
31	283	889		
28	31	40		
-	-	-		
4.370	7.944	3.625		
	Semestre/16 4.311 31 28	2º Semestre/16 31/12/16 4.311 7.630 31 283 28 31		

ne determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3,068/01, do Banco Central, os títulos e valores ios classificados como títulos para negociação (Nota 5a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no rculante, independentemente de suas datas de vencimentos.

## Nota 6 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E LEILÃO DE BENS NÃO DE USO PRÓPRIO

As operações de crédito da Agência de Fomento estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As principais informações sobre essas operações são as seguintes: a) Composição total da carteira e prazos

Descrições Exercícios 31/12/15 (RECLASSIFICADO) Operações de Crédito 31/12/16 Empréstimos 27.521 44.969 Comércio 26.97 8.785 17.922 Indústria 6.519 Serviço Empréstimos Pessoas Físicas 423 (9.132) 71.809 17.560 1.203 (6.534) (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa) Financiamentos 72.285 19.743 25.044 26.218 31.491 Indústria Serviço Financiamentos Pessoas Físicas (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa) Financiamentos Rurais e Agroindustriais (10.324) 13.271 (13.567) 16.026 Financiamentos Rurais e Agroindustriais Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa) (374) 116 Devedores Por Compra de Valores e Bens Totais das Provisões 20.270 19.830

Descrições	Exerc	cícios
Curto Prazo	31/12/16	31/12/15 (RECLASSIFICADO)
Empréstimos	24.683	36.981
inanciamentos	29.337	26.065
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	3.112	1.593
Devedores Por Compra de Valores e Bens - Leilão	40	83
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	(10.855)	(11.441)
Totais	46.317	53.281
Descrições	Exerc	cícios
Longo Prazo	31/12/16	31/12/15 (RECLASSIFICADO
Empréstimos	7.635	17.120
Financiamentos	58.252	56.068
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	13.083	12.052
Devedores Por Compra de Valores e Bens - Leilão	16	33
(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.415)	(8.389)
Totais	69.571	76.884

			141401	o de Misc	,				
	EMPRÉS	TIMOS E	FINANCIA	MENTOS	- Parcelas	S Vincend	as		
Operações/Crédito	Α	В	С	D	E	F	G	Н	Total
Até 90 dias	1.453	9.024	995	559	393	188	152	1.216	13.98
De 91 a 180 dias	1.266	8.133	791	525	370	174	125	1.143	12.52
De 181 a 360 dias	2.580	14.635	1.464	929	670	286	207	2.030	22.80
Acima de 360 dias	10.595	51.242	3.230	3.755	1.878	592	587	7.107	78.986
Parcelas vincendas	15.894	83.034	6.480	5.768	3.311	1.240	1.071	11.496	128.29
	EMPRÉS	STIMOS E	FINANCIA	MENTOS	- Parcela	s Vencida	ıs		
Operações /Crédito	A	В	С	D	E	F	G	Н	Total
Mais de 90 dias	73	1.002	678	491	371	211	217	1.100	4.14
De 91 a 180 dias	-	-	7	156	221	155	223	1.017	1.779
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	58	68	62	1.359	1.54
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	396	390
Parcelas vencidas	73	1.002	685	647	650	434	502	3.872	7.86
b) Concentração de cré	dito e risc	o de créd	ito						
<u>, , , , , , , , , , , , , , , , , , , </u>								roroíolos	

Níveis de Risco

## Descrições

Principal Devedor	4.034	4.028
Percentual Sobre o Total da Carteira de Operações de Crédito	2,96%	2,69%
Vinte Maiores Devedores	44.398	39.013
Percentual do Total	32,61%	26,01%
c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa A provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos cri	itérios da classif	icação de risco

31/12/16 31/12/15

Saldo Percentual (%) Nível Provisão

Nivei	Saldo	Percentual (%)	Provisão
Α	15.967	0,5	79
В	84.036	1	840
С	7.165	3	215
D	6.415	10	642
E	3.961	30	1.188
F	1.674	50	837
G	1.573	70	1.101
Н	15.368	100	15.368
Totais	136.159		20.270
	risco " B", além, das operaç o de pagamento, no valor de		

vedores por Compra de Valores e Bens.
d) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa Descrições Exercício

# Saldo em 31/12/15

	Descrições		
Г	Descrições	Exerc	ícios
No	ota 7 – OUTROS CRÉDITOS		
_ 5	Saldo em 31/12/16		20.270
	Baixas no 2º semestre/16		(17.763)
	Constituição no 2º Semestre/16		11.016
[5	Saldo em 30/06/16		27.017
	Daixas no i Semestre/10		(5.035)

Descricões	LAGICICIOS		
Descrições	31/12/16	31/12/15	
Rendas a Receber	8.545	4.093	
Adiantamentos e Antecipações de Salários	145	107	
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 15.1.a)	16.615	11.946	
Imposto de Renda a Compensar	267	157	
Imposto de Renda a Recuperar	225	277	
Devedores por Compras de Valores e Bens (leilão)	56	115	
Devedores por Depósitos em Garantia	5.936	5.266	
FGI (em 2016 foi reclassificado para a conta de Fundos para Investimentos)	-	100	
Outros	988	477	
Totais	32.777	22.538	
Curto Prazo	16.162	10.592	

Decerieses	Exerc	cícios
Descrições	31/12/16	31/12/15
Longo Prazo	16.615	11.946

Descrições	Munícipio	31/12/2016 (Reclassificado)	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio		` ′	
Chácara c/ residência	Três Ranchos/GO	576	576
Lote urbano	Ap. Goiânia/GO	60	60
Casa residencial	laciara/GO	30	30
Galpão e um barracão	Trindade/GO	7	-
Lote urbano	Itaguaí/GO	22	
Casa residencial	Aragarçãs/GO	30	
Sobrado residencial	Itumbiara/GO	670	
Lote suburbano	Luziania/GO	65	
Lote urbano	Senador Canêdo/GO	90	
Lote urbano	Rio Quente/GO	40	
Lote urbano	Rio Quente/GO	40	
Casa residencial geminada	Goiânia/GO	130	
Casa residencial geminada	Goiânia/GO	125	
Gleba de terras/25 alqueires	Posse/GO	-	50
Lote urbano	Aragarças/GO	-	18
Sobrado de 4 suítes	Ipameri/GO	-	77
Casa residencial	Cidade/Goiás/ GO	-	25
Casa residencial	Rubiataba/GO	-	70
Casa residencial	Goiatuba/GO	-	35
Subtotais		1.885	
Provisão por Imparidade	Três Ranchos/GO	(207)	
Totais		1.678	941
Bens em Regime Especial			
Gleba de terras - 25 alq.	Posse/GO	50	
Lote urbano	Aragarças/GO	18	
Sobrado de 4 suítes	Ipameri/GO	77	
Casa residencial	Cidade/Goiás/ GO	25	
Casa residencial	Rubiataba/GO	70	
Casa residencial	Goiatuba/GO	35	
Subtotais		275	
Provisão			
Provisão (Bens em Regime Especial)		(275)	-
Totals			

Os Bens Não de Uso Próprio contabilizados há mais de dois anos e que ainda não foram alienados estão devidamente autorizados pelo Banco Central. A previsão para o leilão é para o primeiro semestre de 2017. b) Despesas Pagas Antecipadamente

31/12/16	31/12/15
8	24
8	24
	31/12/16 8 8

Exercícios

## Nota 9 - PERMANENTE

D!- «	Exercícios								
Descrições		31		31/12/15					
	Taxa Custo Depreciação Imparidade V			VI. Líquido	VI. Líquido				
Imóveis de Uso – Terrenos		2.422	-	-	2.422	2.422			
Imóveis de Uso - Edificações	4%	1.867	(495)	(79)	1.293	1.445			
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	625	(429)	-	196	218			
Outras Imobilizações	10%	775	(639)	-	136	184			
Intangível (*)	20%	2.224	(1.419)	-	805	1.129			
Totais		7.913	(2.982)	(79)	4.852	5.398			
(*) Intangível – O ativo intangível re	*) Intangível – O ativo intangível refere-se a Software adquirido com o objetivo de investimento para moderniza-								

ção e adequação à novas tecnologias e necessidade dos negócios.

## Nota 10 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Descrições

Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e Agência Brasileira de Inovação – FINEP, a saber: Prazo Taxa Média Exercícios

BNDES		4,43% a.a.	5 anos	31/12/16	31/12/15
Valor das Obrigações				12.732	13.827
Curto Prazo				2.572	2.389
Longo Prazo				10.160	11.438
		`		,	
FINEP		4,5% a.a.	6 anos e 4 meses	31/12/16	31/12/15
Valor das Obrigações				1.688	1.175
Curto Prazo				141	34
Longo Prazo				1.547	1.141
500	3,887%	4	0	24/42/46	24/42/45

FCO	3,887% a.a.	4 anos e 9 meses	31/12/16	31/12/15
Valor das Obrigações	•		48.082	37.790
Curto Prazo			5.776	3.958
Longo Prazo			42.306	33.832
Totais			62.502	52,792

## Nota 11 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrições	Exercícios	
	31/12/16	31/12/15
Dividendos e Bonificações a Pagar (NOTA 16)	903	403
Fiscais e Previdenciárias	1.376	917
Impostos e Contribuições	794	796
Credores Diversos	863	891
Dotação p/ Aumento de Capital	316	1
Provisão de Férias	792	907
Contingências	133	72
Obrigações por Aquisição de Bens/Direitos	244	800
Outras	5	711
Totais	5.426	5.498

## Nota 12 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social autorizado da GoiásFomento é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e está subscrito e integralizado o valor de R\$ 164.821.774,14 (cento e sessenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, setecentos e setenta e quatro reais e quatorze centavos), representado por 164.821.774 ações ordinárias nativas, sem valor nominal

## Nota 13 - DESPESAS DE PESSOAL, ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS

Semestre de 2016	31/12/16	31/12/15
407		31/12/15
137	278	296
34	77	88
116	245	261
1.065	2.175	2.027
59	132	115
3	15	26
7.459	15.054	14.679
366	892	867
135	210	159
390	831	646
110	220	187
104	231	286
606	1.310	1.030
10.584	21.670	20.667
	1.065 59 3 7.459 366 135 390 110 104 606	1.065 2.175 59 132 3 15 7.459 15.054 366 892 135 210 390 831 110 220 104 231 606 1.310

2°

Semestre

de 2016

Exercícios

Exercício – até 31/12/16

Totais

31/12/15

31/12/16

Nota 14 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

# Descrições

Receitas de Prestação de Serviços Adm. de Fundos Públicos (Nota 17)

Outras Taxas

Totais	4.731	12.107	7.953	
Descrições	2° Semestre	Exercícios		
Descrições	de 2016	31/12/16	31/12/15	
Outras Receitas				
Recuperação de Créd. Baixados/Prejuízo	3.450	4.791	3.308	
Recuperação de Encargos e Despesas	899	1.273	1.328	
Rendas de Repasses Interfinanceiros	991	1.716	1.604	
Reversão de Provisões Operacionais	2.748	2.761		
Equalizações de Taxas CPR	1.048	1.092		
Outras	441	738	1.350	
Total de outras receitas	9.577	12.371	7.590	
Outras Despesas				
COFINS	780	1.546	1.365	
PASEP	127	251	221	
ISSQN	237	605	398	
Amortização do Intangível	221	439	427	
Depreciação	89	175	183	
Despesas de Repasses Interfinanceiros	915	2.365	1.734	
Outros	5	8	6	
Totais de outras despesas	2.374	5.389	4.334	

## Nota 15 - IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E ATIVO FISCAL DIFERIDO 15.1 - Cálculo de imposto de renda e contribuição socia a) Base de tributação

Descrições	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado do Período	572	572
(-) Juros de Capital Próprio	(500)	(500
= Resultado ajustado	72	72
+ Adições		
Provisão para Devedores Duvidosos – 2016	19.835	19.835
Operações de Crédito (maiores que R\$ 30/100 em 2016)	16.860	16.860
Despesas não Dedutíveis	276	276
Totais das adições	37.043	37.043
(-) Exclusões		
Provisão para Devedores Duvidosos – 2015	(18.983)	(18.983
Operações de Crédito (maiores que R\$ 30 há mais de 1 ano)	(7.370)	(7.370
Outras Exclusões	(214)	(214
Totais das exclusões	(26.567)	(26.567
= Lucro real	10.476	10.476
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.605	2.102
Constituição Líquida de Créditos Tributários	5.939	4.712
Realização Líquida de Créditos Tributários	(3.345)	
Totais	2.594	2.075

15.2 — Imposto de renda e contribuição social — diferidos ativos
A instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na
base de cálculo dos impostos sobre o lucro.
Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Circular do Banco Central nº 3.171/02.
Conforme dispõe a Resolução do CMN de nº 3.059/02, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores ativados. Para este fim, foi elaborado estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da instituição, para a data de 31/12/16, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factiveis.
Assim sendo, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:
a) Movimentação da conta do ativo no período:

Imposto de Contribuição Descrições Renda Social

Saldo em 31/12/15	6.636	5.310	11.946		
Constituição no exercício	5.939	4.712	10.651		
Realização no exercício	3.345	2.637	5.983		
Saldo em 31/12/16 - Nota 7	9.230	7.385	16.615		
Totais a Curto Prazo	4.741	3.794	8.535		
Totais a Longo Prazo	4.489	3.591	8.080		
b) Estimativa de realização dos créditos tributários A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:					

	2017 20				
Descrições	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	A partir do 2º Semestre	
Imposto de Renda	2.387	2.355	3.497	992	
Contribuição Social	1.909	1.884	2.797	794	
Totais	4.296	4.239	6.294	1.786	

Pr O Ba Pr Ba Al Al Ci

Descrições	31/12/2016
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa a Excluir	20.271
Operações de Crédito (até R\$ 15 em risco "H")	(436)
Baixa de Operação de Crédito	16.298
Provisão para Contingências	227
Provisões Administrativas - Imparidade	562
ase de cálculo em 31/12/16	36.922
líquota de Imposto de Renda	25%
líquota de Contribuição Social	20%
Crédito Tributário de Imposto de Renda	9.230
Crédito Tributário de Contribuição Social	7.385
otal dos créditos tributários em 31/12/16 - Nota 7	16.615

d) Classificação contábil dos créditos tributários

Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.

e) Valor presente dos créditos ativados

o valor presente dos a definitions.

O valor presente dos créditos ativados, considerando a taxa Selic para fins de cálculo, é de R\$ 14.469 (2015 - R\$ 9.780). Os créditos tributários são demonstrados por seu valor bruto em observância às disposições contábeis no item 10 do CPC 12.

Nota 16 - DESTINAÇÃO DO RESULTADO

nuda 10 – UES I INALAU DU RESULTADO
A reserva legal é constituída à razão de 5% do resultado do exercício. Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.
Os dividendos foram calculados na forma de juros sobre o capital próprio, conforme faculta a legislação vigente, em 2016 no montante de R\$ 500 (2015 – R\$ 400).

Descrições	31/12/16	31/12/15
Lucro do Exercício	533	681
Destinação - Juros sobre o Capital Próprio	500	400
% de Distribuição	93,78%	58,74%
Juros sobre o Capital Próprio por Ação (R\$ por ação)	0,003	0,002

Nota 17 – PARTES RELACIONADAS
As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente decorrem de administração de fundos estaduais, e os demais saldos são relativos a juros de capital a pagar e recursos de cobrança a pagar, conforme demonstrados: Ativo Passivo Resultado

Descrições	2016	2015	2016	2015	2016	2015
FUNMINERAL	565	53	-	-	618	579
FUNPRODUZIR	410	468	-		5.164	4.861
FOMENTAR	7.320	941	-	-	5.532	1.163
FUNBAN	-	-	-	-	-	-
JCP (Juros de Capital Próprio - Estado de GO)	-	-	903	403	-	-

Nota 18 - EXIGIBILIDADES DE CAPITAL PRINCIPAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

O Demonstrativo de Limites Operacionais tem por objetivo apresentar, de forma sintética, as informações referentes aos detalhamentos do cálculo dos limites monitorados pelo Banco Central do Brasil. Para cada limite o documento conterá dois conjuntos de informações a ) Apuração da Situação da Instituição; b) Apuração da Estegência do Banco Central e da Margem (ou Insuficiência) da Instituição em relação ao limite considerado e enviado mensalmente ao Banco Central o documento 2061.

Indice da Basileia e de Imobilização (DLO)

Apresentamos abaixo, os principais indicadores em 31/12/2016, obtidos conforme regulamentação em vigor:

Patrimônio de Referência 171 445

Nota 18 - EXIGIBILIDADES DE CAPITAL PRINCIPAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

1	Índice de Basiléia	49,63%	
1	Nível I	39,99%	
1	Nível II	-	
1	Índice de Imobilização Basiléia	2,30%	
1	Limite	85.722	
	Situação	3.941	
1	Folga de Imobilização	81.781	
	Em primeiro de março de 2013, o BACEN publicou as regras de Basiléia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional:		

ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional:
Resolução nº 4.192/13 do CMN, que dispõe sobre a metodologia de apuração do capital de Instituições Financeiras, no Brasil chamado Patrimônio de Referência (PR);
Resolução nº 4.193/13 do CMN, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de capital a serem mantidos sob a forma de Patrimônio de Referência (PR), nível I e de Capital Principal.

O conjunto de 17 Circulares, 4 Cartas-Circulares e 1 Comunicado do Banco Central do Brasil complementam as regras estabelecidas nas resoluções, ao determinar os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês para Risk-Weighted Assets).

O Conselho Monetário Nacional através da Resolução 4.192/13 do CMN, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites o regracionais como o somatório de dois pois (Mivel Le Nivel III) cada qual

O conseino Monetario Nacional atraves da Resolução 4.192/13 do cum, deline o Patrimonio de Referencia (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis (Nível I e Nível II), cada qual composto por itens integrantes do patrimônio líquido. A Resolução 4.193/13 do CMN, dispõe sobre os critérios para a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimô-nio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco foram observados os procedimentos para cálculo estabelecidos por diversas normativas, tais como: Resolução 3.464/07 do CMN e as Circulares 3.644/13 e 3.634/13 do Banco Central. a) Risco Operaciónal

a) Risco Operacional
Para o cálculo da parcela de risco operacional, a Agência de Fomento de Goiás optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico, dentre as estabelecidas pelas Resoluções 3.380/06 e 4.193/13 do CMN e Circular 3.640/13 do Banco Central.
b) Julgamento da administração sobre o Índice de Basiléia
A administração julga adequado o atual nível do Índice de Basiléia levando-se em consideração que o mínimo exigido pelas autoridades é de 9.975%.
c) Cálculo do Patrimônio de Referência
D Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos fortigos o a consequencia de la Consequenc

Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices e a composição das exposições de risco em

Nível I	171.445
Nível II	-
Patrimônio de Referência	171.445
Compatibilização do Patrimônio de Referência	
PR- Patrimônio de Referência	171.445
RWA - Risk -Weighted Assets	345.457
Margem PR Nivel I Requerido	150 718

PR- Patrimônio de Referência	171.445			
RWA - Risk -Weighted Assets	345.457			
Margem PR Nível I Requerido	150.718			
PR Nível I Mínimo Requerido para o RWA	20.727			
Margem s/ Capital Requerido	155.899			
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	15.545			
Indice Basiléia Capital	45,13%			
Índice Basiléia Amplo	49,63%			
NOTA 19 - REMINERAÇÃO DO PESSOAI -CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO				

## A remuneração é fixada em Assembléia Geral de Acionistas:

Descrições		cícios	
Descrições	31/12/16	31/12/15	
Proventos	916	844	
Gratificações	26	28	
Conselho de Administração	516	492	
Outros	717	663	
A Agência de Fomento não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração			

baseada em ações para o pessoal-chave da Administração Nota 20 - SEGUROS

## A Instituição mantém seguro predial (não auditado)

Nota 21 - AVAIS E FIANCAS A Agência de Fomento não possui operações de concessão de avais ou fianças em 31/12/2016 e 31/12/2015.

31/12/16, são demonstrados abaixo:

Capital Principal

Nota 22 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES e a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de

## i. Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem

i. Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; ii. Passivos contingentes - Decorrem basicamente de processos cíveis e trabalhistas. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para se quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo explor. Desta forma, o valor. Pasta forma o valor. Administração com a estimativa de desembolos feita pela Administração. e valor. Desta forma, o valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita pela Administração e valor. Desta iofinia, o valor e apurado de actuado com la estimitardo de desenholos feita pera Administração revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos dos assessores legais. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. a) Provisões para Passivos Contineentes e Riscos Fiscais

A Agência é parte em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. Referidas ações estão

A Algendia e parte em ações judiciais envolvento questoes tradantistas, overa e insolas. Tecenidad se aces osade em poder da Procuradoria Geral do Estado de Goiás, Escritórios Ferceirizados e Advogados da Agência, que considera a perda e o risco envolvido. Fundamentados nesta avaliação, constitui-se provisão em montante julgado para cobrir as perdas com as referidas ações, cujo risco já foi considerado como provável Ações Trabalhistas: e de 7 ações, classificadas como perda possível, onde o objeto é de danos morais e reintegração.

Ações Cíveis: -sificadas como de perda Provável estão provisionadas no valor de R\$ 133. as classificadas como de perda Possível, onde os objetos são de indenizações e revisionais, que em 31/12/2016, totalizam em 37 ações FOMENTAR – Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás

FOMENTAR – Fundo de Parficipação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás Refere-se a ações movidas contra a Agência de Fomento por ex-advogado à época contratado pelo extinto BEG – Banco do Estado de Goiás S/A. Sobre essas ações, a PGE – Procuradoria Geral do Estado de Goiás, que defende a Agência de Fomento nessas acusas, manifestou-se, em princípio, ser remota a possibilidade de perda dessas ações pela Agência de Fomento de Goiás S/A e pelo Estado de Goiás.

- Ação Fiscal: Fisco Federal – Auto de Infração PIS/PASEP e COFINS.
A GoiásFomento adota o regime Cumulativo do PIS/PASEP e COFINS.
A GoiásFomento adota o regime Cumulativo do PIS/PASEP e COFINS (alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente), e nos termos da Instrução Normativa 247/2002 e alterações posteriores. No entanto, a Receita Federal lavrou autuação em algumas Agências no Regime de Apuração Não-Cumulativa, destas contribuições, nos termos das Leis 10,637/02 e 10,833/03, em que contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas referidas instituições efecontardos cor árditos lacalmente admitidos aplicandos a sa fluncidas da 165% do (PIS/PASEP) o 7 6% instituições descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65% do (PIS/PASEP) e 7,6% do (COFINS).

Em data de 07 de julho de 2014 a GoiásFomento recebeu termo de início de ação fiscal, autuada sob o nº MPF 0120100.2014.00323, solicitando esclarecimento sobre a utilização do regime Cumulativo para apuração e cálculo das contribuições sociais para PIS/PASEP e COFINS, utilizado por esta instituição, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011. No entendimento da SRF o REGIME utilizado deveria ser o Não-Cumulativo, tendo em vista que as Agências de Fomento não se enquadraram no rol de instituições financeiras do Artigo 3º, Parágrafo 6º e 7º da Lei nº 9.718/98. Foram apresentados esclarecimentos quanto a forma de recolhimento utilizada pela Goiás-Fomento e pelas demais Agências de Fomento nacionais, não tendo a Superintendência da Receita Federal da Região 1º Região Fiscal acatado os esclarecimentos apresentados, lavrando Auto de Infração nº 10120-728.196/2014-00, em 09/10/2014 muito embora, a diferença entre a utilização do Regime Cumulativo e Não Cumulativo aplicado sobre o montante das receitas financeiras é garantida a alíquota zero (0) previsto no Decreto nº 5.442/05, o referido Auto acabou sendo lavrado no valor de R\$ 3.554, contrariando o direito previsto pelo Artigo 1º do referido Decreto a que a Instituição faz jus. A Procuradoria Geral do Estado de Goiás, apresentou IMPUGNAÇÃO aos referidos autos de infração na esfera

administrativa a classificou o risco como de perda possível, visto que, outras Agências de Fomento do Brasil, em julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, tiveram êxito parcial. mente a impugnação encontra-se pendente de julgamento na Receita Federal do Brasil na regional de Ribeirão Preto/SF

## Nota 23 - ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS stra Fundos do Estado de Goiás. As principais informações sobre esses fundos são as seguintes

 
 Receita/16
 PL em 31/12/15
 Receita/15

 5.164
 132.353
 4.861
 Fundos Públicos PL em 31/12/16

FUNMINERAL	20.372	618	21.088	5/9
FOMENTAR	456.125	5.532	509.931	1.163
FUNBAN	27.933	-	26.135	-
TOTAL	590.860	11.314	663.372	6.603
Nota 24 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS As demonstrações contábeis são elaboradas com base em critérios contábeis que pressupõem a continuidade normal das operações da Agência. O valor contábil relativo a cada instrumento financeiro aproxima-se do seu				

Nota 25 - GESTÃO DE RISCOS ão de Riscos é considerada um instrumento essencial na administração da Agência de Fomento. Os principais fatores de riscos monitorados são: **a) Risco de Mercado** – É o risco associado à probabilidade de variação no valor dos ativos e passivos da

Agência, decorrente de mudanças nas taxas de juros de mercado e, com isso, serem geradas perdas à institui-ção. Em atendimento aos normativos dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, a GoiásFomento possui, devidamente implementada, estrutura de gerenciamento do risco de mercado, compatível com a natureza das

четивантелье пири-пинтивиа, евзицита de gerenciamento do risco de mercado, compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado da Agência, garantindo o fiel cumprimento às exigências da Resolução nº 3.464/07 do CMN e normativos posteriores. Atualmente, inexistem expectativas de filtutações substanciais nas taxas de juros praticadas no mercado que possam afetar consideravelmente os resultados da Agência. O relatório de acesso público contendo a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado da GoiásFomento, encontra-se na Assessoria Técnica de Contabilidade — ASTEC, área ressonsável pelo mesmo

gerenciamento do risco de mercado da GoiásFomento, encontra-se na Assessoria Técnica de Contabilidade – ASTEC, área responsável pelo mesmo. 
b) Valor em Risco (VaR) - O processo de análise de risco quantifica a exposição e o apetite pelo risco utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança de 99% - é uma medida estatística que estima a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de Stress (VaR Stress – é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado. 
So limites e a exposição aos riscos de mercado são relativamente baixos quando comparados ao Património Líquido da instituição, de acordo com administração diversificada dos riscos, conforme o VaR em dezembro/16. 
C) Risco de Crédito - Busca evitar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Gerencia o risco de crédito da Agência permitindo a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados às operações de crédito, abrangendo os setores envolvidos na análise, concessão, acompanhamento, controle e recuperação das operações de crédito.

d) Risco Operacional – Em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do CMN, a Agência de Fomento de Goiás S/A possu implementada a estrutura de gerenciamento de risco operacional, e adota como metodologia a "Abordagem do Indicador Básico" para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao Risco Operacional, de que trata as Resoluções 4.192/13, ambas do CMN, descrição estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos acima citada encontra-se disponível no departamento ASGER - Assessoria de Gerenciamento de Riscos. A GoiásFormento tem como política a busca constante de melhoria nos processos internos, controles, capacitação de pessoal e tecnologia, visto que esses fatores contribuem significativamente para entireación de iscosa.

para a mitigação de riscos.

e) Risco de Líquidez — É o risco de a instituição se tornar inadimplente quanto ao pagamento de passivos. Ine-xiste este risco na Agência em face de sua estrutura patrimonial que evidencia ativos circulantes muito superiores aos passivos de curto prazo.

f) Lavagem de Dinheiro - prevenção ao crime de lavagem de dinheiro — A GoiásFomento possui Política interna de prevenção e combate a este tipo de ilícito. Os procedimentos fazem parte das atribuições da Auditoria Interna e da Assessoria de Gerenciamento de Riscos. Com a estruturação da Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro - PLD estabelecida pelo Banco Central do Brasil e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras — COAF, a GoiásFomento aumentou os controles sobre as práticas destes crimes. Com a apovação da Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, a Diretoria da Agência e o Conselho de Administração, normatizou os procedimentos para fortalecer a prevenção de ilícitos financeiros. Todos os colaboradores têm acesso ao texto da Política através da Intranet (site colaborativo interno da instituição) onde são publicadas as normativas e demais assuntos de interesse corporativo. Para conscientizar e treinar o corpo funcional sobre a importância de ajudar a combater essas práticas está disponível na pasta de rede Público o material utilizado pela Asessoria de Gerenciamento de Riscos para divulgar a Política aos Coordenadores da instituição. Dentre o material consta um video explicativo divulgado pelo COAF, além da apresentação contendo um resumo dos procedimentos que os colaboradores devem seguir em caso de identificação de operação suspeita. Atualmente os clientes que são identificados como Pessoas Políticamente Expostas passam por análise da Diretoria Executiva antes que seja iniciada a relação de negócio.

g) Risco Socioambiental - Em atendimento a Resolução nº 4.327/14 do CMN, a GoiásFomento definiu através de sua Política de Responsabilidade Socioambiental, compromissos econômicos, sociais e ambientais estabelecendo diretrizes e garantindo a conformidade e o cumprimento da legislação apilicável às questões socioambientais. As ações do SARAS – Sistema de Administração de Riscos Ambientais es Sociais estão sendo desenvolvidas desde julho de 2016.

Goiânia, 24 de fevereiro de 2017 HENRIQUE TIBÚRCIO PEÑA

ALAIR DA SILVA ROCHA

CARLOS AUGUSTO CARVALHO MEDEIROS JÚNIOR Diretor de Operações

# MARIA TEREZINHA DA MOTA BATISTA Contadora CRC/GO 008031/O-0 CPF.311.069.601-06

CONSELHO FISCAL JOSÉ PAULO FÉLIX DE SOUZA LOUREIRO SÍLVIO VIEIRA DA LUZ WANDERLINO TEIXEIRA CARVALHO

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÃOES FINANCEIRAS

Acionistas e Administradores da AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A GOIÂNIA — GO

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A. - "Goiás Fomento", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as respectivas notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da "Goiás Fomento". em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

desempento de suda operações e do seus inoxos de cana, para o se anteniser e exection intros insas data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades da auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a "Coiás Fomento", de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Etica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras o a capacitado de auditoria da se exportanto, não expressamos uma opinião separada sobre essas assuntos.

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Conforme mencionado em nota explicativa nº 6c, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a comismo en tra comismo en de atividade económico e características das garantias e demais fatores e premissas do a repulsamento, seto de atividade económico e para use de modernado de consideração fatores e premissas do ma acorda de terminados pela regulamentação a c

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internosrelevantes, manuais e automatizados, implementados pela "Goiás Fomento", relativos à captura doprocesso, avaliação de risco processual, cálculo da provisão, condução dos processos e etapasde encerramento. Avaliamos a adequação da mensuração e reconhecimento da provisão edivulgação de passivos contingentes. Por amostragem, relizamos procedimentos de auditoriaquanto aos valores de constituições reversões e suficiência da provisão. Avaliamos adeterminação do risco processual das causas para assuntos e valores relevantes da "Goiás Fomento", pormeio da avaliação dos critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgações, bem como dados e informações históricas e analisamos asmudanças nas estimativas em relação a períodos anteriores, quando aplicável. Avaliamos tambémse as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritasna nota explicativa nº 22a, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramosadequado o nível de provisionamento no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

• Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos.

As demonstrações financeiras incluem ativos relativos a créditostributários (nota explicativa nº 15.2), cuja realização sela "Goiás Fomento" eaprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros parafins, entre outros, de verificar a realização de ativos, a "Goiás Fomento" adota premissas baseadas emsuas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, como taxa de juros, taxa deinflação, entre outras, consideramos do desempenho atual e passado e o crescimento esperadono mercado de atação. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos (créditostributários), por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuaisalt

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos relevantes, implementados pela "Goiás
Fomento" referentes ao processo quanto à determinação e aprovação daspremissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros a qual é basepara a avaliação sobre a realização de ativos. Com o envolvimento de nossos especialistas emfinanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas
pela "Goiás Fomento", orecálculo das projeções baseadas em tais premissas e se atendiam às diretirzes dargulamentação vigente. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos asbases de apuração
em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo decapacidade de realização dos ativos fiscais
diferidos (créditos tributários). Avaliamos também seas divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras,
descritas nanota explicativa nº 15.2, estão de acordo com as regras aplicáveis.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramosadequado o valor
dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

# Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A Administração da "Goiás Fomento" é responsávelpor essas outras informações que compreende

Outras informações que acompanham a de companham a

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administraçãoda "Goiás Fomento" é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo comas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controlesinternos que ela determitor como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administraçãoé responsável pela avaliação da capacidade da "Goiás Fomento" continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a suacontinuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretendaliquidar a "Goiás Fomento" ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento dasoperações.

Os responsáveis pela governança da "Goiás Fomento" são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração dasdemonstrações financeiras.

realista para evitar o encerramento dasoperações.

Os responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

Nossos objetivos são obtersegurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nosas opinião. Segurança razoável é um alto nivel desegurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempredetectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podems er decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantesquando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadascom base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionaisda auditoria, exercemos julgamento profissional, e matemos ecticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: el deminicamos e avaliamosos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamosprocedimentos de auditoria en resposta a tals riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e sufficiente para fundamentar nosacopinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolvero ato de burlar os controles internos, conitio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controlesinternos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria propriadade as controles internos da "Goiás Fomento".

• Avaliamos a adequação dos políticas contábeisutilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas ávulgações feitas pela Administração.

• Co

Goiânia, 10 de março de 2017.

PRIME AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC-2-SP 023.478/O-7-S-GO

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Agência de Fomento de Goiás S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na conformidade do Artigo 163, Il a VIII, da Lei 6.404 de 15/12/76, e Artigo 2º, da Circular 3.171 de 30/12/2002 do Banco Central do Brasil, após procederem o exame dos seguintes documentos: Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/15; o Estudo Técnico referente ao Crédito Tributário; e da Resolução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE 001/2003, Artigo 10 inciso XVIII alíneas: a (irregularidades, ilegitimidades, ilegalidades e atos de gestão antieconômicos apurados no exame das contas e as providências adotadas para o resguardo do interesse público; b (resultado das análises verificadas durante o exercício, inclusive quanto ao Relatório de Gestão a que se refere o inciso II deste artigo) e c (situação dos administradores perante os cofres da entidade). Conclui que, durante os trabalhos, não encontraram nenhuma irregularidade e julgam que refletem, adequadamente, as situação Patrimonial e Financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos ao Conselho de Administração, observando ser absolutamente necessária a manutenção constante das medidas já adotadas a partir do segundo semestre de 2016.

Goiânia, 06 de março de 2017

José Francisco Firmino CRC-1-SP 196.425/O-8-S-GO PARECER DO CONSELHO FISCAL

Goiânia, 06 de março de 2017 José Paulo Felix de Souza Loureiro CONSELHEIRO Sílvio Vieira da Luz CONSELHEIRO Wanderlino Teixeira de Carvalho CONSELHEIRO